



Evento	Salão UFRGS 2014: SIC - XXVI SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2014
Local	Porto Alegre
Título	O aborto entre mulheres vivendo com HIV/Aids e o papel das políticas públicas
Autor	BRUNA HENTGES
Orientador	DANIELA RIVA KNAUTH

Introdução: Não há um consenso na literatura acerca do aborto induzido entre mulheres vivendo com HIV/Aids. Enquanto alguns estudos apontam a doença como um fator determinante para o término da gestação, outros mostram que esta prática já era frequente mesmo antes do diagnóstico. Os métodos de prevenção de DSTs e contracepções, oferecidos pelos serviços de saúde focam exclusivamente no uso de preservativos, não associando este a métodos contraceptivos mais eficazes, o que potencializa as chances de gravidezes não planejadas, principalmente em mulheres mais jovens e menos escolarizadas. Além disso, após engravidar, a orientação dos serviços de saúde prioriza uma orientação materno-infantil, focada na prevenção da transmissão vertical. Isto contribui para que as mulheres percam seu poder de decisão sobre o desfecho de suas gestações.

Objetivos: Entender fatores que concorrem para a decisão das mulheres que vivem com HIV/Aids de interromperem uma gestação, e a relação entre estas decisões e as políticas públicas voltadas para a prática de aborto.

Metodologia: Os dados analisados partiram de uma pesquisa qualitativa realizada com mulheres vivendo com HIV/Aids, atendidas em serviços públicos especializados em HIV/Aids em Porto Alegre e que relataram terem vivido situações de violência ou abortos. Foram realizadas 20 entrevistas semi-estruturadas, que foram gravadas e transcritas na íntegra. Os dados foram categorizados no programa MAXQDA. O projeto foi aprovado pelo comitê de ética da UFRGS e demais instituições envolvidas.

Resultados: A partir das entrevistas é possível verificar a preponderância da interrupção das gestações antes do diagnóstico de HIV. As principais razões para esta prática estão ligadas ao relacionamento com o parceiro, à situação financeira e também ao fato de já ter alcançado o número de filhos desejados. Os abortos foram realizados em clínicas clandestinas, ou em casa com o uso de citotec, bucha vegetal ou sonda. Uma das mulheres relatou ter sido violentada em um hospital, o que caracterizaria um estupro. Entretanto, por medo de ser desacreditada, ela optou por realizar o aborto em uma clínica clandestina. As complicações após a interrupção foram frequentes, e algumas mulheres relataram ter feito curetagem em hospitais.

Conclusão: A partir dos dados analisados, percebe-se que o HIV não foi a razão principal para a prática de aborto, muitos deles tendo ocorrido antes do diagnóstico. É notável que a restrição ao aborto legalizado não contempla a necessidade das mulheres, uma vez que estas recorrem ao aborto por práticas ilegais que muitas vezes põem em risco suas vidas. E, mesmo quando a mulher passa por situações contempladas pela Lei 2848/40, como no caso descrito, há uma descrença nas instituições. Há uma necessidade de políticas de planejamento familiar que contemplem tanto a prevenção do HIV quanto o desejo de não ter filhos por parte da mulher.